



INFORMATIVO

JUNHO | 2019

podemos

CÂMARA

**PROJETO DE
IGOR TIMO
REDUZ TAXAS
COBRADAS DOS
MOTORISTAS DE
APLICATIVOS**

Pág. 3

Deputado Federal
Igor Timo (MG)

**EM REUNIÃO
COM MINISTRO,
MEDEIROS
PEDE FIM DE
PENDURICALHOS
SOBRE FRETE**

Pág. 10

**LÍDER DO
PODEMOS
REPUDIA TROCA
DE APOIO POR
MINISTÉRIOS**

Pág. 3

**BANCADA DO
PODEMOS QUER
REFORMA DA
PREVIDÊNCIA
JUSTA**

Pág. 15

SUMÁRIO

3 Projeto de Igor Timo reduz taxas cobradas dos motoristas de aplicativos

4 Centro de Lançamentos de Alcântara será referência, diz Aluisio Mendes: “O Maranhão tem muito a ganhar com o acordo Brasil-Estados Unidos”

5 Líder do Podemos repudia troca de apoio por ministérios

6 Roberto de Lucena debate direitos dos idosos na Itália

7 Proposta de Bacelar que garante adicional salarial aos professores da educação básica é aprovada em comissão

8 Comissão aprova projeto de Renata que amplia atenção humanizada do SUS

9 Subcomissão que fiscalizará as agências reguladoras realiza primeira reunião oficial

10 Em reunião com ministro, Medeiros pede fim de penduricalhos sobre frete

12 Pastor Marco Feliciano lamenta decisão do STF que enquadra homofobia como crime de racismo

13 Desburocratização: Abertura e fechamento de empresas poderão ser facilitados no país

14 Emendas de Ricardo Teobaldo reforçam saúde e Conselho Tutelar de Ipojuca

15 Bancada do Podemos quer reforma da previdência justa



PROJETO DE IGOR TIMO REDUZ TAXAS COBRADAS DOS MOTORISTAS DE APLICATIVOS

O deputado Igor Timo, Podemos-MG, é o autor do projeto de lei 448/2019 que reduz a taxa cobrada aos motoristas de aplicativos de transporte individual para 10%. Atualmente, o percentual cobrado dos motoristas varia entre 25 a 40%. O projeto tramita na Comissão de Viação e Transportes na Câmara dos Deputados e aguarda aprovação.

“O projeto foi apresentado para combater o uso abusivo das margens das empresas de aplicativo. Nós precisamos encontrar o equilíbrio. Precisamos fazer justiça para que as empresas tenham, sim, sua margem de lucros, mas também que os motoristas tenham remuneração justa.”, destaca o deputado Igor Timo.

Para o parlamentar, o projeto reforça o compromisso do Podemos em proporcionar melhores condições de trabalho e a valorização do motorista de aplicativo.

“Entendemos que o valor cobrado é extremamente abusivo. Se você fizer o cálculo, dentro de um ano, as empresas lucram cerca de 20 a 40% a mais que os próprios motoristas que prestam o serviço.”, enfatiza o parlamentar.

Os aplicativos de transporte trouxeram nova realidade à mobilidade de milhões de brasileiros, e também estabeleceram a criação de novos postos de trabalho e geração de renda.

De acordo com a Associação de Motoristas Por Aplicativo do Brasil – AMPAB, atualmente, existem 600 mil motoristas de aplicativos cadastrados, que atendem cerca de 22 milhões usuários em todo o Brasil, em mais de 100 cidades em todo território nacional.

“O PROJETO FOI APRESENTADO PARA COMBATER O USO ABUSIVO DAS MARGENS DAS EMPRESAS DE APLICATIVO. NÓS PRECISAMOS ENCONTRAR O EQUILÍBRIO. PRECISAMOS FAZER JUSTIÇA PARA QUE AS EMPRESAS TENHAM, SIM, SUA MARGEM DE LUCROS, MAS TAMBÉM QUE OS MOTORISTAS TENHAM REMUNERAÇÃO JUSTA.”



“DEFENDO A APROVAÇÃO DO ACORDO DE SALVAGUARDAS TECNOLÓGICAS (AST) ENTRE BRASIL E O GOVERNO AMERICANO QUE AUTORIZA OS EUA A LANÇAREM SATÉLITES E FOGUETES A PARTIR DA BASE DE ALCÂNTARA, NO MARANHÃO.”

CENTRO DE LANÇAMENTOS DE ALCÂNTARA SERÁ REFERÊNCIA, DIZ ALUISIO MENDES: “O MARANHÃO TEM MUITO A GANHAR COM O ACORDO BRASIL-ESTADOS UNIDOS”

O deputado Aluisio Mendes (Podemos/MA) defende a aprovação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) entre Brasil e o governo americano que autoriza os EUA a lançarem satélites e foguetes a partir da base de Alcântara, no Maranhão.

Na primeira semana de junho, o deputado esteve entre os convidados do ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, para a visita ao Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa. Defensor do AST desde as primeiras discussões, Aluisio Mendes embarcou para o território franco-guianês como um dos principais articuladores da aprovação do projeto entre os parlamentares maranhenses. “Já conhecia a base

de Kourou, mas visitá-la em missão foi muito positivo. O acordo é importantíssimo para o Brasil e também para o Maranhão. Os ganhos econômicos e geopolíticos podem nos inserir em projetos de imenso desenvolvimento tecnológico, científico e social”, defendeu Aluisio.

Inicialmente, a exploração comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara pode render US\$ 300 milhões (R\$ 1,1 bilhão) anuais ao Brasil. O Centro Espacial da Guiana, também denominado Europe’s Spaceport, é operado pelo Centro Nacional de Estudos Espaciais (Centre National d’Études Spatiales – CNES), agência espacial francesa, e sua localização (Kourou) por ser próximo à Linha do Equador, assim como a Base de Alcântara, é referência favorável a lançamentos de satélites em órbita geoestacionária.



LÍDER DO PODEMOS REPUDIA TROCA DE APOIO POR MINISTÉRIOS

“O DIA EM QUE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA CEDER A UM PARTIDO POLÍTICO, ESTARÁ COMPROMETENDO TODO O DISCURSO QUE FEZ CONTRA AS VELHAS PRÁTICAS POLÍTICAS”

Brasília - O líder do Podemos na Câmara, deputado federal José Nelto (GO), alertou, neste sábado (22), que o presidente Jair Bolsonaro deve resistir às possíveis pressões de partidos que desejam trocar apoio por ministérios no Governo Federal. Segundo o deputado, se o presidente se curvar aos pedidos “pouco republicanos”, estará caindo na armadilha de governos passados que sucumbiram ao toma-lá-dá-cá e transformaram o governo em um verdadeiro balcão de negócios onde toda a sociedade foi vítima. No final de semana, o presidente reconheceu que alguns partidos cobram cargos ministeriais em troca de apoio.

O líder lembra que a bancada do Podemos não aceita essas atitudes e repudia qualquer ação estranha à ética e aos compromissos republicanos que devem nortear o trabalho legislativo no atual momento do Brasil. “Se o presidente se deixar levar pelas pressões partidárias em troca de cargos, certamente estará fadado a conviver com a “propinagem” que tanto fez mal à nação.”

O parlamentar diz que é preciso transformar o modo e fazer política no Brasil. “O dia em que o presidente da República ceder a um partido político, estará comprometendo todo o discurso que fez contra as velhas práticas políticas”, conclui.



O deputado Roberto de Lucena (Podemos/SP) foi um dos palestrantes do Seminário “Desafios na Promoção dos Direitos e da Saúde das Pessoas Idosas” realizado este mês em Roma, na Itália. Lucena, que foi o primeiro presidente da Comissão do Idoso na Câmara, debateu com especialistas o envelhecimento ativo e saudável da população, sob a perspectiva de Brasil e Itália.

À convite do Consulado Brasileiro, o deputado fez um panorama dos idosos no Brasil e de todas as políticas voltadas a essa população. “É preciso ser valente, ter coragem e ousadia para viver a experiência do envelhecimento. Essa é uma nova realidade global e uma novidade para o Brasil, que há cerca de três décadas era um dos países mais jovens do mundo”, afirmou.

PARLASUL

Roberto de Lucena foi também empossado como membro da representação brasileira no Parlamento do Mercosul (ParlaSul), em sessão plenária realizada em Montevideu. O parlamentar se tornou o representante do PODEMOS no órgão, que é formado por congressistas do Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e Venezuela.

INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Secretário de Transparência da Câmara, Lucena, participou no dia 13 de junho do Seminário Inovação e Transparência: Desafios para construção de um parlamento aberto em perspectiva comparada. A Casa recebeu especialistas que discutiram a experiência dos Parlamentos do Brasil e da União Europeia na área da transparência e inovação.

Hoje temos o status de estarmos entre os parlamentos mais transparentes do mundo, o que nos orgulha. Mas queremos aperfeiçoar tudo o que já temos. O seminário, com suas reflexões, contribui com essa agenda”, destacou o Secretário.

Maria Luisa Benitez, representante da delegação da União Europeia, e Raquel de Vicente, da área coordenação legislativa, comentaram os desafios enfrentados nos países europeus. As mídias digitais e sua dinâmica na interação e transparência também foram tema de um painel. “É importante envolver o cidadão e educá-lo para o uso racional e responsável das mídias sociais”, pontuou o deputado Lucena.

ROBERTO DE LUCENA DEBATE DIREITOS DOS IDOSOS NA ITÁLIA

“É PRECISO SER VALENTE, TER CORAGEM E OUSADIA PARA VIVER A EXPERIÊNCIA DO ENVELHECIMENTO. ESSA É UMA NOVA REALIDADE GLOBAL E UMA NOVIDADE PARA O BRASIL, QUE HÁ CERCA DE TRÊS DÉCADAS ERA UM DOS PAÍSES MAIS JOVENS DO MUNDO”

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara Federal aprovou, nesta semana, a proposta do deputado Bacelar (Podemos/BA) que melhora a remuneração dos professores da educação básica. Pelo texto, 60% dos recursos de precatórios (valores devidos após decisão judicial definitiva) do governo federal, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), serão destinados ao pagamento de um adicional salarial para os profissionais do magistério. “Queremos que a lei seja cumprida. A regulamentação do Fundef é clara quando determina o repasse desses recursos para os professores. Os salários são baixos e o adicional é justo”, argumentou Bacelar.


Segundo o parlamentar, os precatórios, estimados em R\$ 90 bilhões, deveriam ter sido repassados pela União entre 1998 e 2006, quando o Fundef foi substituído pelo atual Fundeb. Em junho do ano

passado, o uso de recursos dos precatórios para o pagamento de salários e passivos trabalhistas de professores foi vetado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). “O TCU é um órgão fiscalizador e precisa cumprir o seu papel. A proibição prejudica o ensino e a valorização dos docentes, além de afrontar o objetivo constitucional de diminuir desigualdades sociais e regionais”, disse o deputado do Podemos.

PROPOSTA DE BACELAR QUE GARANTE ADICIONAL SALARIAL AOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA É APROVADA EM COMISSÃO

“ A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE DA CÂMARA FEDERAL APROVOU A PROPOSTA, DE MINHA AUTORIA, QUE MELHORA A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA ”





COMISSÃO APROVA PROJETO DE RENATA QUE AMPLIA ATENÇÃO HUMANIZADA DO SUS

Renata Abreu, uma das deputadas federais mais atuantes em defesa da mulher, teve mais um projeto sobre o tema aprovado. Desta vez foi o PL 119/19, que amplia as ações de humanização no SUS na saúde integral da mulher, que recebeu aprovação unânime na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados.

O Programa de Atenção Integral da Saúde da Mulher vem somando progresso há três décadas, como bem lembrou o relator da proposta, deputado Marreca Filho, no entanto existem setores em que a humanização ainda é falha, por isso a preocupação de Renata Abreu em protocolar um projeto que corrija essa deficiência, ampliando as ações voltadas para a diversidade de demandas das mulheres, assistindo mulheres em situações de mortalidade materna, adolescência, no climatério e menopausa, saúde mental, doenças crônico-degenerativas e câncer ginecológico. A atenção abrangerá também mulheres negras, indígenas, homossexuais, trabalhadoras rurais e em situação de prisão.

A relevância da proposta de Renata Abreu levou o relator a elaborar um substitutivo para ampliar mais ainda essas ações do SUS, com atendimento humanizado para além de todas as mulheres e suas patologias, beneficiando também crianças, famílias e todos os demais grupos da população brasileira.

A proposta de Renata Abreu agora tramita nas comissões de Seguridade Social e Família (CSSF) e Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC).

“ FOI COM GRANDE ALEGRIA QUE APROVAMOS POR UNANIMIDADE, NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, O MEU PROJETO QUE AMPLIA AS AÇÕES DE HUMANIZAÇÃO NO SUS NA SAÚDE INTEGRAL DA MULHER ”

A Subcomissão Especial que irá fiscalizar as atividades das agências reguladoras no âmbito da área de minas e energia teve a primeira reunião oficial realizada na última segunda-feira (17). A criação do colegiado foi aprovada após a apresentação do Requerimento 22/2019, de autoria do deputado federal Léo Moraes. O parlamentar foi nomeado o presidente da subcomissão. Também fazem parte os deputados Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP), Christino Aureo (PP/RJ), o relator Elias Vaz (PSB/GO) e Lucas Redecker (PSDB/RS).

A reunião foi realizada com consultores legislativos da área de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. O objetivo é traçar as estratégias de atuação da subcomissão, quais os pontos a serem analisados e quais instrumentos regimentais podem ser utilizados para a produção do relatório final.

“Hoje tivemos uma reunião extremamente positiva, pois foi possível, juntamente com outros parlamentares, identificar de maneira incisiva que os abusos praticados em cima do consumidor não são exclusividade de Rondônia, e não somente na área da energia elétrica. Agora que levantamos casos

concretos de possíveis conluíus entre as agências e as empresas prestadoras de serviço, vamos identificar a melhor maneira de atuar para fiscalizar essas agências”, explicou o deputado Léo Moraes.

De acordo com o presidente da subcomissão, é dever do parlamentar agir para que a população não seja prejudicada. “Temos essa prerrogativa, somos bem pagos por isso, e precisamos nos movimentar. Em Rondônia, por exemplo, após a privatização do serviço de fornecimento de energia, a tarifa subiu em 30%. Somos um dos maiores produtores de energia do país, e não ficamos nem com o ICMS da distribuição. Ficamos apenas com o passivo ambiental, enquanto outros estados se aproveitam de isenções da energia que Rondônia produz”.

O parlamentar afirma que a convocação de representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Agência Nacional de Mineração (ANM) não estão descartadas. “Acredito que as agências precisam esclarecer muitas coisas, e vamos abrir o espaço para elas se manifestarem e responderem aos questionamentos na nossa subcomissão”.

SUBCOMISSÃO QUE FISCALIZARÁ AS AGÊNCIAS REGULADORAS REALIZA PRIMEIRA REUNIÃO OFICIAL

“A SUBCOMISSÃO ESPECIAL QUE IRÁ FISCALIZAR AS ATIVIDADES DAS AGÊNCIAS REGULADORAS NO ÂMBITO DA ÁREA DE MINAS E ENERGIA DETECTOU QUE OS ABUSOS PRATICADOS CONTRA O CONSUMIDOR NÃO SÃO EXCLUSIVIDADE DE RONDÔNIA, E NÃO SOMENTE NA ÁREA DA ENERGIA ELÉTRICA”

EM REUNIÃO COM MINISTRO, MEDEIROS PEDE FIM DE PENDURICALHOS SOBRE FRETE

“TEMOS HOJE UMA SOMATÓRIA DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS, TRIBUTÁRIOS E UMA SÉRIE DE AGREGADOS QUE ELEVAM O FRETE A UM PREÇO QUE FICA INVIÁVEL PARA OS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO, CRIANDO UM RISCO ENORME AOS AUTÔNOMOS E TAMBÉM NADA INTERESSANTE AOS EMBARCADORES”

Acompanhado de diversos representantes do setor do transporte, o deputado federal, José Medeiros (Pode/MT), participou de uma reunião recente com o ministro da infraestrutura, Tarcísio Gomes, que lidera um estudo de um novo modelo para nortear as cobranças sobre o frete no país, e solicitou alguns cuidados estratégicos.

Representante de um estado que conta com milhares de caminhoneiros autônomos e diversas empresas de transporte, o parlamentar defendeu que no novo molde proposto, que deve entrar em vigor nos próximos meses em substituição à tabela do frete, implantada após as paralisações de 2018, construa-se uma realidade menos burocrática e sem os penduricalhos atuais.

O parlamentar comenta que um tabelamento sem os cuidados com a realidade prática não atende ninguém. “Temos hoje uma somatória de custos administrativos, tributários e uma série de agregados que elevam o frete a um preço que fica inviável para os contratos de terceirização, criando um risco enorme aos autônomos e também nada interessante aos embarcadores, ou seja, ninguém está feliz e o lucro de ninguém foi acentuado, pelo contrário”, comentou.



O parlamentar do Podemos, no entanto, vê na figura de Tarcísio uma liderança técnica e boa capacidade de condução política para achar uma saída para o impasse. “O ministro é conhecedor de tudo que se passa, buscou apoio da Esalq/USP para definir um novo norte para o setor, foram feitas consultas públicas e é talvez uma das pessoas mais capacitadas no país para tocar esse processo”, exaltou.

REALIDADE PREOCUPANTE

Segundo informações externadas pelo setor de transporte, principalmente da ala mais ligada aos fretes de produtores agropecuários, a terceirização chegou a ficar 20% mais cara depois do tabelamento. Tal situação impulsionou empresas a adquirir sua própria frota, prejudicando a oferta de trabalho aos autônomos, que passaram a ser então alvo de preocupação do atual Governo por esta questão.

O estudo celebrado pela Esalq, no entanto, segundo o que externou Tarcísio, aplicará a diferenciação dos tipos de carga, depreciação dos caminhões, custo profissional do caminhoneiro, preço de combustíveis, dentre outros, criando uma realidade moderna.

Medeiros afirmou que a expectativa e intenção do Governo é retirar as amarras que hoje travam o setor.

“Quando se fala em qualquer atividade dentro da iniciativa privada, o Estado precisa ter a mão certa na regulação, porque os efeitos são sempre incontroláveis mediante uma intervenção imprecisa. O setor de transporte no Brasil é poderosíssimo, emprega muitas pessoas e fundamental ao país. Nosso papel é, de fato, distensionar, permitir a oxigenação entre todas suas variantes e atores e, no mais, não atrapalhar. Tenho visto este Governo cuidando destes detalhes”, comentou.

Uma das boas projeções para o futuro e em via de entrar em vigor é a efetivação do Documento de Transporte Eletrônico - DTE, que será como uma TAG de identificação sistêmica em postos de fiscalização que livrará os caminhoneiros das imensas filas e inúmeros papéis hoje necessários. “O tempo que se ganhará com o DTE é valioso e certamente significará potencialmente mais lucro ao setor, mesmo assim o ministro elenca cuidados a serem tomados para o sucesso total da implantação”, finalizou Medeiros.

“O STF DECIDIU POR COMPARAR A HOMOFOBIA COM CRIME DE RACISMO, UM VERDADEIRO ABSURDO. FOI NUMA AUTÊNTICA USURPAÇÃO DA FUNÇÃO DE LEGISLAR, EXCLUSIVA DO CONGRESSO NACIONAL.”



PASTOR MARCO FELICIANO LAMENTA DECISÃO DO STF QUE ENQUADRA HOMOFOBIA COMO CRIME DE RACISMO

O Supremo Tribunal Federal – STF concluiu no dia 13 de junho, o julgamento que enquadra a homofobia e a transfobia na lei dos crimes de racismo. A decisão do STF será válida até que o Congresso Nacional aprove uma legislação sobre o tema. O deputado Pastor Marco Feliciano (Podemos/SP) manifestou pesar diante da decisão do STF que, para ele, atinge a liberdade religiosa no país. “Eles decidiram por comparar a homofobia com crime de racismo, um verdadeiro absurdo. Foi numa autêntica usurpação da função de legislar, exclusiva do Congresso Nacional numa alegação esdrúxula de que o Legislativo demora a decidir sobre o assunto. Lutaremos com todas nossas forças para criar uma lei que corrija essa desgraça que hoje atinge nossa cara liberdade religiosa.” Protesta o deputado.

Pastor Marco Feliciano considera dúbia partes do texto da decisão do STF em que tenta amparar a liberdade religiosa quando assegura o direito de pregar e de divulgar, livremente, pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio. “Esse tal ‘discurso de ódio’ é tão vago que nós cristãos estaremos constantemente com uma espada de Dâmocles sobre nossas cabeças. Submissos ao fígado de autoridades que decidirão o que seja discurso de ódio num país continental onde as disparidades de interpretação atingirá de morte nossos púlpitos.”



DESBUROCRATIZAÇÃO: ABERTURA E FECHAMENTO DE EMPRESAS PODERÃO SER FACILITADOS NO PAÍS

“A CCJC APROVOU PROJETO, DE MINHA AUTORIA, QUE PREVÊ A DESBUROCRATIZAÇÃO PARA OS PROCESSOS DE ABERTURA E FECHAMENTO DE EMPRESAS NO PAÍS. UMA CONQUISTA QUE VEM JUSTAMENTE PARA FACILITAR E DESBUROCRATIZAR A ABERTURA E FECHAMENTO DAS EMPRESAS.”

O Projeto de Lei Complementar 262/2016 altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para disciplinar o prazo de abertura e encerramento de empresas no País.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira (18), o Projeto de Lei Complementar 262/2016, de autoria do deputado federal Diego Garcia (Podemos/PR), que prevê a desburocratização para os processos de abertura e fechamento de empresas no país.


Segundo o parlamentar, a abertura e o encerramento de empresas no Brasil “têm sido verdadeiras vias crucis” para os empresários nacionais, dificultando a condução de seus negócios e sobrecarregando a economia brasileira com mais esse custo, em decorrência de uma extensa e morosa burocracia que impactam cotidianamente o desenvolvimento do empreendedorismo no país.

Uma avaliação anual do Banco Mundial para medir o ambiente de negócios de 190 países, chamado Doing Business, mostrou que o Brasil ocupa uma posição baixa no ranking, no 109º lugar, atrás de países como México, Colômbia e Costa Rica. Segundo o último relatório do Doing Business, o tempo médio de abertura de uma empresa em São Paulo é de cerca de 18 dias, mas em alguns estados, como o Rio Grande do Sul e o Distrito Federal, o tempo médio ultrapassa os quatros meses. São exigidos 11 procedimentos, que

começam na prefeitura municipal e terminam em órgãos estaduais.

Com a alteração proposta pelo PLP, os órgãos que cuidam da abertura e fechamento de empresas, dos três níveis de governo, deverão estabelecer regras em seus trâmites internos para que os registros dos atos referentes a empresários e pessoas jurídicas, em qualquer órgão envolvido no registro empresarial e na abertura da empresa, bem como no ato final de baixa da empresa, em cada caso, sejam providenciados e expedidos no prazo, máximo e conjunto entre tais órgãos, de até 15 dias úteis. “Hoje, uma pessoa que deseja abrir ou fechar empresas tem que passar por todo um caminho burocrático por diversos órgãos até entregar toda a documentação necessária, fora o tempo que se leva para a conclusão do processo. O PLP vem justamente para facilitar e desburocratizar a abertura e fechamento das empresas, centralizando o trâmite e garantindo a fixação de prazo máximo para um retorno dos órgãos competentes, dando maior celeridade também. Além disso, tornará o processo uniforme em todo país, que hoje não está consolidado nos milhares de municípios e nos estados brasileiros”.

A proposta já foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (CDEICS). Agora, o texto seguirá para apreciação no Plenário da Câmara e, depois, seguirá para o Senado Federal.



EMENDAS DE RICARDO TEOBALDO REFORÇAM SAÚDE E CONSELHO TUTELAR DE IPOJUCA

A partir de hoje o município de Ipojuca, no litoral sul de Pernambuco, passa a contar com um reforço em sua frota de veículos. Três ambulâncias e mais três carros de passeio, destinados ao Conselho Tutelar, foram entregues à população. Os investimentos são provenientes de emendas parlamentares do deputado federal Ricardo Teobaldo (Podemos), com recursos da ordem de R\$ 540 mil. Os novos veículos vão ampliar o atendimento oferecido pela prefeitura a população.

Para o parlamentar, os veículos vão ampliar a atuação da prefeitura nas duas áreas. “A saúde e o acolhimento a nossas crianças e adolescentes são áreas fundamentais em qualquer município. Eu fui prefeito e sei a importância e a grande demanda desses serviços. Como deputado federal, além de outros recursos, destinei para Ipojuca uma emenda para aquisição de três ambulâncias e mais três veículos de uso exclusivo do Conselho Tutelar”, destacou Teobaldo.

A prefeita Célia Sales (PTB) frisou a importância desses novos investimentos. “Essa é mais uma entrega focada no que mais defendemos em nosso governo: investir numa melhor qualidade de serviços e de estrutura para os ipojuicanos. Continuaremos fazendo

de tudo para que os nossos cidadãos tenham o melhor atendimento, conforto e atenção. Essa parceria com o deputado Ricardo Teobaldo tem sido fundamental. Juntos vamos avançar cada vez mais”, contou Célia.

MAIS RECURSOS – Ricardo Teobaldo também destinou diversos outros recursos para o município. Através da Funasa, o parlamentar alocou R\$2 milhões para a Saúde Ambiental, que serão utilizados no combate ao mosquito da dengue e zica. Também foi destinado R\$1,5 milhão através do Ministério dos Esportes. Através do Ministério das Cidades, o município receberá R\$1,5 milhão para construção de três praças. Já na área de habitação, serão construídas 576 casas em Nossa Senhora do Ó, através do programa Minha Casa, Minha Vida, nos habitacionais Canoas 1 e 2.

“**A SAÚDE E O ACOLHIMENTO A NOSSAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO ÁREAS FUNDAMENTAIS EM QUALQUER MUNICÍPIO. COMO DEPUTADO FEDERAL, ALÉM DE OUTROS RECURSOS, DESTINEI PARA IPOJUCA UMA EMENDA PARA AQUISIÇÃO DE TRÊS AMBULÂNCIAS E MAIS TRÊS VEÍCULOS DE USO EXCLUSIVO DO CONSELHO TUTELAR**”

BANCADA DO PODEMOS QUER REFORMA DA PREVIDÊNCIA JUSTA

E D I T O R I A L

O Podemos na Câmara dos Deputados tem papel de protagonismo na discussão da reforma da Previdência. Inúmeras conquistas foram obtidas para preservar direitos de quem trabalha e produz para o Brasil.

As emendas da bancada em defesa dos professores e pela manutenção das atuais regras para os trabalhadores rurais e deficientes carentes foram acolhidas pelo relator da Previdência, deputado federal Samuel Moreira (PSDB-SP).

No caso dos professores, foi possível reduzir, da proposta original, a idade para as mulheres, 55 anos, para homens, 57.

A reforma da Previdência, apresentada pelo governo Bolsonaro, previa tempo de contribuição de 30 anos professores e professoras, e estabelecia idade mínima de 60 anos para docentes.

“Somos favoráveis à reforma, mas era preciso fazer alterações para torná-la mais justa e adequada à realidade brasileira. Um dos pontos prioritários para o Podemos sempre foi a questão dos professores. A reforma da Previdência tem que servir à população, e não para um governo. E quando você fala de população e fala de futuro, isso passa pela educação”, defende Renata Abreu.

PODEMOS SE REÚNE COM BOLSONARO

No mês de junho, a bancada do Podemos obteve apoio do presidente Jair Bolsonaro para a uma emenda do partido que permite o recebimento de mais de um Benefício de Prestação Continuada por uma mesma família, com mais de uma pessoa com deficiência.

“No caso de uma família que tem dois filhos com deficiência, ou com doença rara, o primeiro filho recebe e o segundo não recebe. Precisamos corrigir esse erro na reforma da Previdência”, alerta o deputado Diego Garcia.

Líder do Podemos, o deputado federal José Nélto acredita que as modificações feitas pela Câmara no texto da reforma da Previdência foram positivas e protegem os brasileiros mais vulneráveis.

“Vamos votar favoravelmente à reforma. Entendemos que o texto que está sendo apresentado é o melhor para o Brasil.

Estamos protegendo os mais fracos, os mais pobres e atacando os privilégios”, afirma.

A expectativa é que a reforma da Previdência seja votada no plenário da Câmara entre agosto e setembro.



EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados: deputado federal José Nelto (GO)

Presidente Nacional do Podemos: deputada federal Renata Abreu

Chefe de Gabinete: Fábio de Souza Oliveira

Direção Geral: Fernando Vieira

Jornalista Responsável: Alisson Esteves

Colaboradores: Danielle Soares, Danilio Oliveira, Débora Arruda, Fabrício Carbonel, Flávia Rabelo, Gabrielle Fernandes, Gustavo Schuabb, Hevandro Soares, Lola Nicolás, Mariana Torres, Marília Jardim, Maura Mosquera, Rafael Secunho, Robert Alves, Saulo Rolim, Thiago Bastos.

Projeto gráfico:

IV5 Inteligência em Comunicação e Marketing

JUNTOS
PODEMOS